



Câmara Municipal de Garça

Estado de São Paulo

093

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

38ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1991.

PRESIDENTE : GILBERTO GARCIA

SECRETÁRIO : LUIZ KUNITA

AOS vinte e cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e um, com início às vinte horas e trinta minutos, sob a Presidência do Senhor Gilberto Garcia, tendo como Secretário o Senhor Luiz Kunita, foi realizada, no Plenário na Câmara Municipal de Garça, a 38ª Sessão Ordinária do ano de 1991. Feita a chamada inicial, o Senhor Secretário constatou as presenças dos seguintes Vereadores: Afrânio Carlos Napolitano, André Luis Gavioli Rodrigues, Andreilino Alves de Souza, Antonio Alexandre Marques, Antonio Macelloni, Antonio Rodolfo Devito, Diogo Sebastião de Oliveira, George Antonio Nogueira, Gilberto Garcia, João Serapião, José Alcides Faneco, Luiz Kunita, Luiz Roberto Lopes de Souza, Olívio Turatto, Valdemar Zimiani e Yoshikaso Kakudate, totalizando 16 Edis presentes à Sessão. Havendo número legal para o início dos trabalhos e não havendo Ata para ser discutida e votada, o senhor Secretário passou a ler os Expedientes da Sessão.

EXPEDIENTE DO EXECUTIVO: Projeto de Lei nº 096/91, propondo reajuste salarial, digo, abono salarial ao funcionalismo municipal no mês de dezembro. Projeto considerado objeto de deliberação. Ofícios nºs 767 e 776/91, encaminhando cópias das leis municipais nºs 2.680/91, 2681/91, 2.687, 2.688 e 2.690/91. Ofício nº 770/90, em atenção ao Requerimento nº 216/91, do Vereador George Antonio Nogueira. Ofício nº 772/91, em atenção ao Requerimento nº 211/91, do Vereador George Antonio Nogueira. Ofício nº 783/91, encaminhando cópia do balanço analítico do mês de outubro/91. Respostas as seguintes Indicações: - nºs 106/91-Ver. Olívio Turatto; 108/91-Ver. Gilberto Garcia; 116/91-Ver. George Antonio Nogueira; 117/91-Ver. George Antonio Nogueira; - 126/91-Ver. Luiz Kunita; 129/91-Ver. Valdemar Zimiani; 130/91-Vereador Luiz Kunita; 132/91-Ver. Afrânio Carlos Napolitano; 133/91-Ver. George Antonio Nogueira; 137/91-Ver. Olívio Turatto; 139/91-Ver. Olívio Turatto; Ofício nº 771/91, em atenção ao Requerimento nº 214/91, do Vereador Rodrigo de Sá Funchal Barros. Ofício nº 773/91, em atenção ao Requerimento nº 209/91, do Vereador Rodrigo de Sá Funchal Barros. Ofício nº 782/91, em atenção ao Requerimento nº 208/91, do Ver. Rodrigo de Sá Funchal Barros e Ofício nº 781/91, em atenção ao Requerimento nº 210/91, do Vereador Rodrigo de Sá Funchal Barros.

EXPEDIENTE DE DIVERSOS: Ofícios, da Secretaria da Educação, do SAAE, do IBGE - Escritório de Marília, do Banco do Brasil- Brasília, dos deputados Victor Faccioni e Genebaldo Correia, da Câmara Municipal de Marília e Cartão de natal da Prefeitura de Bastos. Não houve expediente dos Senhores Vereadores, face o expediente ter sido reduzido a 30 minutos devido à votação do Orçamento. Também, tendo em vista o término do prazo reservado ao Expediente, não houve possibilidade de concessão da palavra aos Vereadores no Pequeno e Grande Expedientes. Na sequência, passou-se ao Intervalo Regimental. O Vereador Luiz Kunita, pela ordem, requereu a dispensa do Intervalo Regimental, sendo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o sr. Secretário fez a 2ª chamada, visando a Ordem do Dia. Estavam presentes os seguintes Vereadores: Afrânio Carlos Napolitano, André Luis Gavioli Rodrigues, Andreilino Alves de Souza, Antonio Alexandre Marques, Antonio Macelloni, Antonio Rodolfo Devito, Diogo Sebastião de Oliveira, João Serapião, George Antonio Nogueira, Gilberto Garcia, José Alcides Faneco, Luiz Kunita, Luiz Roberto Lopes de Souza, Olívio Turatto, Valdemar Zimiani e Yoshikaso Kakudate, totalizando 16 Edis presentes. Havendo número legal para a sequência dos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia da Sessão.

ITEM ÚNICO - Projeto de Lei nº 84/91, do sr. Prefeito



Câmara Municipal de Garça

Estado de São Paulo

094

Municipal, estimando a receita e fixando a despesa para o exercício de 1992, em CR\$ 7.929.000.000,00. 2ª Discussão e votação. A seguir, assinteses dos pronunciamentos dos Vereadores na discussão do Projeto. AFRÂNIO CARLOS NAPOLITANO: Apontou imperfeições no Orçamento, como a falta de verba para atendimento a deficientes que frequentam escolas públicas. A verba para construção da escola rural que será instalada na Fazenda São José dos Bonini, a seu ver deveria ser maior, embora possa ser suplementada no exercício. Outro ponto é quanto as linhas telefônicas instaladas em residências e não aparecem no orçamento as entradas de dinheiro, como ocorre com o posto de monta. Há ainda, segundo o Vereador uma série de outros pontos, como o Centro Comunitário de Jafa, que consta na receita. Finalizando, sugeriu o adiamento de votação por uma sessão, para melhores estudos, se possível com técnicos da Prefeitura, visando acertar os pontos que acha falho, realçando que, a permanecer como está, seria contrário na votação. ANTONIO ALEXANDRE MARQUES: Disse ocupar a Tribuna para fazer algumas críticas, mas também elogios ao Projeto. A seu ver, a receita de aplicações financeiras está exagerada, pois corresponde a uma renda mensal de 50 milhões. Quando a verba da saúde é um ponto positivo, pois a Prefeitura, a duras penas mantém o atendimento e receberá em torno de 484 milhões, gastando 700 milhões. Outros pontos positivos apontados: A urbanização da área da Fepasa, que conferirá novo visual ao local. Verbas para aterro sanitário, construção de sanitários públicos, de há muito necessários na cidade, reformas e ampliações de escolas e hortas comunitárias. Quanto a receita de dívida ativa, disse estranhar, pois só de IPTU está previsto 24 milhões. Para ISS, 10 milhões e oitocentos mil e para taxa, 54 milhões, prevenindo-se ai grande número de inadimplentes. Sobre a verba para a 1ª via de acesso, constam 50 milhões, mas não há despesa orçada. Enfatizou que a Câmara Municipal tem necessidade urgente de ser informatizada, porém a verba para isso é pequena, no valor de 2 milhões e quinhentos mil cruzeiros. Quanto ao aeroporto, este custará à Prefeitura em 92, mais de 27 milhões, porém sem qualquer anotação de receita, e os que dele se utilizam tem condições de pagar, mas pelo que constam nada pagam pela sua utilização a seu ver. Quanto ao Setor de Turismo, a maior parte da verba será destinada à Festa do Peão e ao Garça FC., contra seu gosto. Há despesa de 33 milhões para o Centro Municipal de cultura, que até agora não se sabe o que é. Disse que estranhou que conste verba para o Museu Histórico, mas este não consta das realizações no exercício. Sobre o Centro Esportivo e Social, que tem receita de 15 milhões e novecentos mil cruzeiros e despesa fixada em torno de 69 milhões, a seu ver o clube deveria ser mantido pelo usuário e não pelos cofres públicos. Realçou que as mensalidades do Clube estão desatualizadas, daí essa receita pequena em relação as despesas. Comparou com o terminal rodoviário que terá a receita e despesa equilibradas. O Vereador Diogo Sebastião de Oliveira, aparteando, lembrou que a receita do clube corresponde a 30% da despesa, mas em anos anteriores esta correspondia a apenas 5%. O Vereador Antonio Alexandre disse lamentar, e também lamentou sobre a verba para a praia, em valor superior ao ano anterior. Finalizando, disse que apresentava uma emenda, suprimindo a verba para ampliação do Centro Esportivo, no valor de 15 milhões, transferindo-a para o Setor de Renda Regular, onde será melhor aproveitada., pedindo aos companheiros que o acompanhem nessa emenda. Quando ao Centro esportivo disse que cobrará do Prefeito a equiparação das tarifas de acordo com efetivo dispêndio das despesas e que ele precisa ser moralizado, e a seu ver esta sendo utilizado para se fazer política, pois o ano é po



político. JOSÉ ALCIDES FANECO: Disse que chamou-lhe a atenção a previsão de despesa com recapeamento asfáltico, pavimentação e guias e sarjetas, que não tem contra partidas na receita, talvez pelo motivo de que os recursos entrariam de forma parcelada, se fossem financiados por instituição financeira, através do PCM, é que acarretaria uma folga de 210 milhões no orçamento. Outro fato é quanto a Estação de Tratamento de Esgotos, para a qual a Prefeitura prevê 50 milhões de receita e gasto de 20 milhões e a mesma quantia é prevista no orçamento do SAAE, havendo aí uma duplicidade. Sobre as aplicações financeiras, estas a seu ver, representam uma má administração, pois a inflação é sempre mais alta que o retorno da aplicação e o custo dos materiais. Sobre o Centro Esportivo, não concorda com a verba de 70 milhões, enquanto setores de produção, que tem prioridade, como posto de monta e matadouro terão 21 milhões. Sendo pouco para esses setores que gerarão salários e receitas ao município. Sobre o aeroporto, disse que os usuários é que devem pagar pela sua manutenção e utilização, pois se beneficiam dele e não o Município destinar 28 milhões para isso. Vereador Antonio Alexandre Marques, aparteando, lembrou que o terminal rodoviário, utilizado por pessoas de menor renda, está com equilíbrio de receita e despesa, enquanto o aeroporto, utilizado por pessoas de maior renda, estas não pagam nada. O Vereador José Alcides Faneco, prosseguindo, lamentou que a peça não venha com mais tempo e mais detalhes para análise. Os cinco milhões para distrito industrial, a seu ver é irrisório para investimentos. Sobre dotação para galerias, disse que esperava esforço maior da administração, pois os 15 milhões serão arrecadados só com venda dos terrenos. Na área de saúde, disse que 260 milhões são uma miséria, comparando-se com os 70 que se destina ao Centro Esportivo. Que há alguns remédios em estoque, sem a preocupação com doenças como a cólera e AIDS. Concordeu com a urbanização da Fepasa, mas não é prioritário, havendo outros problemas mais urgentes, como a rede de água do centro da cidade que tem mais de 40 anos, falta de um velório municipal, usina de lixo, etc.. Lamentou que se prevê 52 milhões para cestas básicas, distribuídas sem critério algum, enquanto entidades que cuidam de família em Garça, como a APAE, recebem 480.000,00. Comparou as despesas da Câmara, que é de 231 milhões, com a do Gabinete do Prefeito, que sozinho gastará 157 milhões. Outro ponto foi em relação ao esporte, que prevê 110 milhões, e, segundo o Vereador há que se melhorar muito esse setor, pois o esporte local é mal feito e mal dirigido e ainda falta melhor estrutura. Finalizando, disse apresentar uma proposta para que sejam distribuídos os 210 milhões referente ao recapeamento às entidades assistenciais locais, frisando ainda que isso seria possível, pois também ocorrerá um crescimento na arrecadação com o aumento da arrecadação própria do Município que este ano passará dos 3% para 16,85% em relação a receita total e mexerá com o bolso do munícipe. LUIZ ROBERTO LOPES DE SOUZA: Com relação aos 210 milhões, citados pelo Vereador, disse ser uma coisa empírica a discussão dessa receita, pois a realização ou não dessas obras de recapeamento e pavimentação dependerão da existência de recursos. É só pegar os balancetes e ver que o que foi arrecadado e gasto, numa sequência lógica. Comentou sobre os investimentos da Prefeitura, na ordem de 1.118.000.000,00, pouco para um orçamento de 7 bilhões. Realçou que a manutenção da máquina é que é cara, e disse que não conseguia localizar por onde esvaem-se os recursos. Quanto ao Centro Esportivo, disse que o clube deve ser mantido com receitas próprias, mas vivenciando o dia a dia do clube, este está praticamente parado, talvez devido a crise, sem a efetiva utilização dos frequentadores



que são pessoas de baixa renda. Em relação a verba para o Setor de Saneamento, disse que deve ter havido uma falha técnica, pois deveria constar uma transferência de 20 milhões ao SAAE, sendo os 50 milhões um auxílio. O acréscimo das receitas próprias é uma justiça tributária, pois esse ano as taxas foram muito superiores aos impostos, que representam o grosso daquilo que o contribuinte vai pagar. O Vereador Antonio Alexandre Marques, aparteando, indagou se atualmente é grande o nº de inadimplentes. O Vereador Luiz Roberto, em resposta, disse que na última parcela, que venceu em 20 de novembro, era estimada a arrecadação de 40 milhões e esta ficou em 32. Prosseguindo, lembrou que as emendas ao Orçamento deveriam ser apresentadas na 1ª discussão, encaminhadas a comissão técnica e depois vir a debate. Entendendo que hoje não era mais oportunidade para apresentá-la. Voltando a falar do Centro Esportivo, disse que nesse ano o clube contava com verba vantajosa e que o Município não a executou por falta de recursos, o que fatalemnte acabará ocorrendo para o próximo exercício também. Disse ser favorável ao combate da erosão da praia, para a qual consta verba e não para a praia em si. Comentou sobre a quadra "S" do Jardim Paineiras, na região da praia e alvo de requerimento do Vereador Rodrigo. Com relação a urbanização da Fepasa, disse não ser prioritária, pois primeiro é preciso abrir as ruas, demarcar lotes, etc.. e não há recursos para isso. Quanto as aplicações financeiras, disse que serão 633 milhões, começando com 29 milhões em janeiro e só em julho serão arrecadados 52 milhões. Com relação ao Aeroporto, lembrou que a estrutura ali não pode ser comparada com o Terminal, e colocar-se ali um guichê o custo ficaria maior que a arrecadação. Informou que o Angar do Município está cedido para a Garcafé, que paga pela sua utilização. O Município não pode alugar, mas recebe pela permissão de uso. O Vereador José Alcides Faneco, aparteando, lembrou que nada consta de receita em relação ao PCM e recapeamento. O Vereador Luiz Roberto, aparteando, disse, prosseguindo, disse que seu raciocínio não era fora do PCM, pois há o financiamento e não se pode fazer uma obra de 210 milhões se esse valor vai entrar parcelado em 24 meses. O Vereador José Alcides Faneco, aparteando, disse que sendo realizada a obra pelo PCM, haverá um superavit de 210 milhões, estando lançado o desembolso do Município e se for pago pelo PCM não haverá esse desembolso. Estava previsto uma fonte para ele. Alguma rubrica da receita vai pagar essa despesa. O Vereador Luiz Roberto, prosseguindo, disse não haver superavit, pois talvez não existirá o valor de 210 milhões para investir. É só pegar o balancete e verificar. Se não for feito pelo PCM, dificilmente será feito asfalto. E se assim ocorrer, o dinheiro não entrará nos cofres municipais. O Vereador José Alcides Faneco, aparteando, reafirmou que para a Estação de Tratamento de Esgotos, o orçamento traz receita de 50 milhões de repasse do Estado e na aplicação utiliza 70 milhões. E o SAAE também prevê um investimento de 50 milhões na sua peça com receitas próprias. O Vereador Luiz Roberto, reafirmou haver engano na peça, pois a transferência dos 50 milhões seria do Governo Estadual e repassada ao SAAE. Uma estação dessas, pela técnica da areiação, fica hoje em 100 milhões, e Garça precisa de duas, informou o Vereador. O Vereador José Alcides Faneco, aparteando, disse que em relação as aplicações financeiras está perfeita a projeção de valores. O que se questiona é a retenção desses valores e o saldo de caixa para gerar receita desse tipo. O Vereador Luiz Roberto, prosseguindo, disse que não existe saldo de caixa, havendo os recursos vinculados que se procura manter e no fluxo de caixa mantém-se, além do pagamento do mês seguinte, uma previsão para o 13º salário, e aplicações de re



recursos, por exemplo da Educação, que fica parado enquanto não se realizam obras e que aparece como aplicações financeiras. Finalizando, disse que esperava ter colaborado e que a casa vote o orçamento de forma esclarecida e tornando-o transparente em tudo que realmente contém a peça orçamentária. DIOGO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA: Disse que os orçamentos só vem à Casa para cumprir protocolo. As verbas não conferem com a realidade e dificilmente, pelos lançamentos anteriores, as verbas foram idênticas ou perto do orçado. Sobre a arrecadação financeira, disse que só pelo fato de trabalhar com um caixa alto é uma falta de confiança no orçamento, prevendo-se certos furos. O Vereador Luiz Roberto, aparteando, indagou do Vereador o que ele achava e entendia como caixa alto, quando o caixa da Prefeitura cobre um folha de pagamento e para confirmar isso era só verificar o boletim, afixado no átrio da Câmara. O Vereador Diogo Sebastião de Oliveira, prossequindo, reafirmou que para ele é alto o caixa. Disse discordar da verba para o Centro Esportivo, enquanto para o matadouro a verba é de 20 milhões, bem inferior que os 70 para o Centro Esportivo. Que para a agricultura, propriamente dita, não há verba, o que sempre ocorreu nos orçamentos. Lembrou que já levou ao Prefeito a sugestão de o Município financiar pequenos agricultores na produção de hortaliças que abasteceriam a cozinha piloto, a curto prazo e ajudaria esses agricultores a manter-se no campo. Finalizou, dizendo que são obras pequenas para dar-se atenção, mas se joga verba de 70 milhões para um clube onde ninguém participa e não é frequentado só por pessoas de baixa renda. Sendo apenas estas suas observações. Não havendo mais solicitação de palavras, o Presidente suspendeu a Sessão por 10 minutos para esclarecimento sobre as emendas. A seguir, colocou em votação o pedido de adiamento de votação do Projeto por 01 Sessão, solicitado pelo Vereador Afrânio, sendo o pedido rejeitado por maioria de votos, isso depois de reaberta a Sessão. Na sequência, disse que a Mesa não podia acatar as emendas, pois, em conformidade com o artigo 192 do Regimento Interno e artigo 312 da Lei Orgânica, estas eram extemporâneas. A seguir, colocou em votação global o Projeto de Lei nº 84/91 - 2ª discussão e votação -, sendo o mesmo aprovado por maioria de votos. A seguir, sendo observado pelo Secretário que nenhum Vereador estava inscrito para falar em Explicação Pessoal, em nome de Deus, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. Para constar, foi lavrada a presente ATA. Câmara Municipal de Garça, 25 de novembro de 1991.

- GILBERTO GARCIA -
PRESIDENTE

- LUIZ KUNITA -
1º SECRETÁRIO